

Memoria sobre a descoberta das ilhas de Porto Santo e Madeira 1418-1419

Emiliano Augusto de Bettencourt

Project Gutenberg

The Project Gutenberg eBook of Memoria sobre a descoberta das ilhas de Porto Santo e Madeira 1418-1419

This ebook is for the use of anyone anywhere in the United States and most other parts of the world at no cost and with almost no restrictions whatsoever. You may copy it, give it away or re-use it under the terms of the Project Gutenberg License included with this ebook or online at www.gutenberg.org. If you are not located in the United States, you will have to check the laws of the country where you are located before using this eBook.

Title: Memoria sobre a descoberta das ilhas de Porto Santo e Madeira 1418-1419

Author: Emiliano Augusto de Bettencourt

Release date: March 9, 2010 [eBook #31576]

Language: Portuguese

Credits: Produced by Pedro Saborano (produced from scanned images of public domain material from Google Book Search)

*** START OF THE PROJECT GUTENBERG EBOOK MEMORIA
SOBRE A DESCOBERTA DAS ILHAS DE PORTO SANTO E
MADEIRA 1418-1419 ***

MEMORIA
SOBRE A DESCOBERTA
DAS
ILHAS DE PORTO SANTO E
MADEIRA

1418—1419

(FRAGMENTO DE UM LIVRO INEDITO)

POR
E. A. Bettencourt

PORTO
Typographia do Commercio do Porto
RUA DA FERRARIA N.^{OS} 102 A 112

—
1875

MEMORIA SOBRE A DESCOBERTA

DAS

ILHAS DE PORTO SANTO E MADEIRA

1418—1419

(FRAGMENTO DE UM LIVRO INEDITO)

Quando o infante D. Henrique voltou de Africa foi residir em uma terra do Algarve, situada na ponta mais desgarrada da Europa, e que parece ter sido destinada pela natureza a servir de posto avançado á civilisação europeia. N'esta terra, cujo senhorio el-rei havia dado a D. Henrique, fundou elle uma villa, que se denominou do «Infante», e a qual devia servir para tracto e refresco dos mareantes que fossem ou viessem do levante.

Sagres, no cabo de S. Vicente, pois que foi este o lugar escolhido pelo infante para estabelecer a sua villa, era pelo occidente o *terminus* natural do mundo conhecido no comêço do seculo XV, em quanto que o cabo Não, da Africa, marcava no mar do sul o limite até onde haviam podido chegar os navegantes europeus.

O infante desejava ultrapassar estes limites, colhera em Ceuta algumas informações, e com essas vagas noticias principiou a mandar os seus criados a explorar os mares do sul.^{4}

D. Henrique era o quarto filho de el-rei D. João I e grão-mestre da Ordem de Christo, dignidade que punha nas suas mãos a administração das enormes rendas da Ordem; possuia um genio

empreendedor e era perseverante e generoso: taes dotes juntos a tão grandes meios fizeram do infante o maior homem do começo dos tempos modernos, heroe cujas obras aproveitaram ao mundo inteiro.

Quando, pois, o infante dava principio á serie de viagens de exploração que determinára fazer á costa d'Africa, mandando todos os annos duas ou tres caravellas, commandadas por alguns dos seus mais zelosos criados, com o encargo de passarem o cabo Bojador, e irem o mais longe que podessem; succedeu que dous fidalgos de sua casa, João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, que com o infante tambem se haviam achado no soccorro da praça de Ceuta, se lhe offereceram para irem passar o mencionado cabo e descobrirem a terra da Guiné.

Sairam portanto mar fóra estes arrojados fidalgos, em uma pequena embarcação, que o infante lhes fez aprestar e prover de todo o necessario; mas decorridas que foram algumas milhas encontraram ventos de travessia, que os arrojou para o alto mar onde correram por muito tempo á mercê de uma forte tempestade, até que se acharam sobre as costas de uma terra desconhecida.

Zarco e Tristão saíram em terra para se abrigarem da tormenta, dando, por tal motivo, á ilha desconhecida a denominação de *Porto Santo*.

Tendo Zarco e Tristão reconhecido a ilha, voltaram apressados a dar parte ao infante, que largamente os galardoou e lhes permittiu que fossem povoar a nova terra com muitas pessoas que para isso logo se offereceram; indo tambem n'essa occasião, por capitão donatario da ilha, Bartholomeu Perestrello, fidalgo da casa do infante D. João.

Chegados que foram á ilha de Porto Santo construíram suas barracas e se accommodaram o melhor que puderam. Tinha, porém, acontecido que, entre os animaes que Perestrello^{5} levou para a ilha havia uma coelha prenhe, que acertando de parir durante a viagem foi lançada em terra com a sua prole. Estes coelhos,

segundo asseveram quasi todos os escriptores que escreveram d'aquellas ilhas, foram qual praga do Egypto, porque multiplicaram muito e devastaram quasi todas as plantações que os colonos haviam feito. Bartholomeu Perestrello desgostoso por este successo, ou talvez por não poder habituar-se a viver isolado na ilha, embarcou-se para o reino, enquanto que Zarco e Tristão foram em barcos construidos em Porto Santo examinar se era alguma nova terra o traço negro que um certo nevoeiro projectava constantemente no horisonte.

Singraram, portanto, na direcção d'aquella sombra informe e fumosa, e ao passo que d'ella se approximavam, assim se lhes foram patenteando as serras e os córtes abruptos de uma terra virgem, fragosa e coberta de uma espessa matta.

Zarco e Tristão descobriram assim a ilha da Madeira, e, depois de a reconhecerem, tendo desembarcado em diversas angras e penetrado no interior, voltaram a dar parte ao infante, que os premiou com as capitánias das duas partes em que determinou dividir a ilha.

Azurara, Barros, Damião de Goes e ainda outros mais^[1] dizem positivamente que Tristão e Teixeira se dirigiam á Guiné ou a passar o cabo Bojador, e que foi uma tormenta que os levou á ilha de Porto Santo; sem admittirem que taes navegantes fossem em busca de uma ilha, cuja noticia viera de um captivo de Marrocos, como teem escripto alguns auctores, que acreditam na lenda de Machico.

Falta, portanto, nos primeiros escriptores d'este acontecimento, base em que se funde a ligação da descoberta da Madeira por Zarco e Tristão com a lenda de Machico, que Antonio Galvão e Francisco Manoel de Mello referem no «Tractado^{6} dos descobrimentos antigos e modernos» e nas «Epanaphoras de varia historia».

Na obra «The life of Prince Henry of Portugal», defende o snr. Major a veracidade da lenda de Machico, e tanto calor toma n'esta defeza que bem mostra quanto se deixára convencer da existencia

d'aquelle acontecimento. É tal a sua convicção que chega a persuadir-se de ter descortinado na romantica «Epanaphora amorosa» de Mello os principaes traços de uma verdadeira noção historica; julgando-a comprovada com o escripto de Valentim Fernandes, encontrado em Munich, aliás muito divergente em pontos essenciaes da mesma lenda.

O snr. Major dá-nos pela seguinte fórmula o extracto da lenda, que elle diz ser conforme se acha narrada pelo possuidor da «Relação original manuscripta»:

«No reinado de Duarte III, um mancebo de boa familia chamado Roberto Machin, teve a infelicidade de se enamorar de uma joven dama cujos paes, possuindo bens e jerarchia muito superiores aos d'elle, trataram com desprezo as suas pretensões. Querendo evitar suas repetidas visitas, alcançaram do rei ordem de prisão para Roberto, a fim de n'este meio tempo unirem sua filha a um fidalgo cuja posição mais convinha para manter a dignidade da sua familia.

«Como a dama, de nome Anna d'Arfet ou Dorset, correspondesse aos affectos de Machin, o mesmo foi sair elle da prisão que determinar-se a raptal-a. Com a ajuda de um amigo que procurou introduzir-se como palafreheiro em casa de Anna, que era em Bristol, foi a final executado este plano, e d'alli partiram em uma embarcação que Machin já para este fim tinha preparado e equipado.

«A sua intenção era navegar para França; eis que sobrevindo-lhes um vento nordeste os apartou d'aquella costa, e depois de andarem treze dias á mercê de um temporal deram vista de uma ilha onde desembarcaram. Acharam-na despovoada, mas bem provida de madeira e agua, e de excellentes condições para se habitar.{7}

«Gosaram tres dias de tranquilla segurança, e em quanto uns exploraram o interior do paiz, os outros examinaram de bordo as suas margens; mas na terceira noute levantando-se uma tempestade deu com elles na Costa d'Africa. O susto e o soffrimento

por que passára a infeliz dama haviam n'este desastre attingido as maiores proporções, e passados tres dias de completa prostração mental terminou seus dias. Foi sepultada ao pé do altar que se erigiu em signal de reconhecimento pela sua chegada, e, no quinto dia depois do seu fallecimento, Machin foi tambem encontrado morto sobre a sepultura da sua amante. Os restantes companheiros lhe abriram igual sepulchro e embarcaram-se depois no batel do navio, e, ao chegarem á Costa d'Africa foram levados á presença do rei de Marrocos, de quem ficaram captivos.

«Nas mesmas tristes circumstancias acharam seus companheiros que perdidos foram no navio levados da ilha.

«Entre os seus companheiros de captiveiro havia um João de Morales, natural de Sevilha, bom maritimo e experimentado piloto a quem fizeram a descripção da terra que tinham descoberto. Por este tempo a 5 de março de 1416 fallecera D. Sancho, filho mais velho do rei Fernando de Aragão, e deixára em testamento um rico legado para que de Marrocos fossem resgatados os christãos captivos, e entre elles havia este João de Morales, mas o navio que o trazia foi capturado pelo navegante portuguez João Gonçalves Zarco.

«Comtudo este, por clemencia, deu a liberdade aos infelizes captivos reservando só para si a Morales, cuja experiencia em materia nautica julgou poder ser util a seu amo o infante D. Henrique. Este Zarco tinha ido, como já nos disse Barros, em companhia de Tristão Vaz Teixeira, explorar a costa occidental d'Africa, e assaltados por uma tempestade foram dar na ilha de Porto Santo. Isto parece ter succedido no fim de 1418 ou principio de 1419. Foi Morales que lhe communicou o descobrimento de Machin, e partindo em um navio, com authorisação do infante e sob a direcção de Morales, fez^[8] o importante descobrimento da ilha da Madeira, á metade da qual deu o nome de Funchal e á outra de Machico.»

Habituaados, como estamos, a respeitar a opinião do illustre sabio britannico, não podiamos deixar de nos sentirmos profundamente magoados por uma pungente contrariedade, quando se nos deparou

a defeza de Machico, tão habilmente desempenhada por aquelle escriptor.

Desejamos partilhar sempre a sua opinião, segui-a e cital-a até para credito nosso; mas para isso era-nos mister tornarmo-nos adulator, e nós, como portuguez, devemos ao snr. Major a consideração que deriva de um sentimento bem mais digno que o da adulação.

Por amor, pois, da verdade e com o mais profundo respeito nós vamos, segundo a nossa opinião, defender como primordial a descoberta das ilhas de Porto Santo e Madeira por Zarco e Tristão, com prejuizo da pretendida descoberta de Machico.

Principiando, pois, por mostrar a importancia que a «Epanaphora» de Mello póde ter como documento historico, comparal-a-hemos com o escripto da collecção de Fernandes, e com o de Antonio Galvão, citados pelo snr. Major, concluindo por emittir a nossa humilde opinião sobre o pretendido caso.

A lenda, contada pelo ameno auctor das «Epanaphoras», não nos consta que tenha sido relatada por nenhum escriptor do seculo XV; Azurara nada diz a tal respeito, e crêmos que se a tivesse por verdadeira teria feito d'ella menção na sua «Chronica de Guiné», conforme fez das descobertas de outros estrangeiros. O manuscripto de Francisco Alcafurado, que serviu a Francisco Manuel de Mello para compor a sua terceira «Epanaphora», e que diz ter vindo á sua mão por um extraordinario caminho, não apparece hoje em parte alguma, nem sabemos que algum outro escriptor tenha d'elle ou de seu auctor dado noticia. Em presença, pois, da chronica de Azurara, ha toda a razão para duvidar da authenticidade de um manuscripto que ninguem mais viu, pois que, tendo Azurara fallado^[9] com quasi todos os descobridores, e consultado todos os escriptos para compôr a sua «Chronica»^[2], parece-nos pouco verosimil ter-lhe escapado este escripto, e tambem o seu auctor, que se diz companheiro dos descobridores da Madeira, e que, segundo diz o auctor das «Epanaphoras», devia

viver no paço do infante D. Henrique, ao tempo em que lá se achava também Azurara.^[3]

É para notar que sendo a «Chronica de Guiné» escripta sob os auspícios do infante D. Henrique, e tendo sido o manuscrito de Alcafurado, segundo diz ainda o auctor das «Epanaphoras», offerecido ao mesmo infante, elle não fizesse narrar na chronica um acontecimento que, a ter sido verdadeiro, também deveria ser conhecido de todos os tripulantes das embarcações de Zarco, e portanto impossivel de conservar-se em segredo. O character probo e verdadeiro de Azurara não nos permite suppôr que elle calasse a mais verdadeira relação do acontecimento, expondo-se aos retoques e emendas de tantas testemunhas oculares.^{10}

Estas circumstancias e o facto de se não achar, em nenhum auctor coévo, noticia de Alcafurado concorrem poderosamente para augmentar, senão confirmar, as suspeitas que de ha muito nutrimos sobre a não existencia de tal escripto e de seu preconizado auctor.

Mas, ainda que ponhamos de parte esta ideia, a «Epanaphora» de Mello, já pela sua natureza evidentemente romantica, já por ser perto de dous seculos e meio posterior ao descobrimento da Madeira, e talvez tres á epocha em que se pretende dar por succedido o caso de Machico, está muilo longe de poder ter a honra de ser comparada com a chronica de Azurara, ou com as Decadas de Barros; e muito menos de poder servir para decidir o caso.

Quanto a Valentim Fernandes é preciso saber-se que o seu livro não passa de um aggregado de varias noticias, escriptas por diversos individuos, onde a par da lenda de Machico figura uma «Chronica», também manuscrita, «da descoberta e conquista de Guiné» por Azurara, escriptos estes que, quanto ao nosso ponto, se contradizem mutuamente.

Esta «Chronica da descoberta e conquista de Guiné» tem differente divisão e numeração de capitulos d'aquella que foi publicada pelo illustre visconde de Santarem, e crêmos que será a

primeira chronica d'aquelle descobrimento, que desapareceu do reino logo depois do seu auctor a ter escripto.

D'esta reunião de noticias varias e contradictorias concluimos nós que Fernandes, sem criterio, nem ideia de legar á posteridade a lenda de Machico ou a chronica de Azurara, reuniu no seu livro tudo quanto podesse avolumal-o ou augmentar-lhe o valor, quer fosse absurdo quer não.

Este livro foi, portanto, colligido como objecto de mera especulação.

Ora, como não seja em um livro de especulação e de noticias contradictorias que se devam procurar elementos para decidir uma questão de facto, é bom que esta circumstancia não seja esquecida, tanto para que a lenda não ganhe com^{11} a nomeada do collector, como para que a chronica de Azurara não perca, por se julgar que ella fôra alli collocada a proposito de contradictoria.

Para que o leitor podesse fazer ideia das contradicções dos tres principaes propagadores da lenda de Machico, Mello, Galvão e Fernandes, era-lhe mister ter conhecimento integral da lenda escripta por Valentim Fernandes; mas o snr. Major limita-se a indicar, no capitulo V do seu livro, algumas divergencias que encontrou nos escriptos d'aquelles auctores, deixando o leitor sem os meios de poder formar, sobre o caso, uma opinião fundada.

Nós, porém, tendo pela experiencia conhecido quanto importa consultar um escripto, em que se pretende basear a veracidade de uma allegação, vamos pela primeira vez dar á estampa a integra da referida lenda, que nos foi permittido tirar de uma cópia authentica do livro de Valentim Fernandes, feita em 1848, e existente na bibliotheca particular de sua magestade el-rei de Portugal.

Segue a cópia:

«Ylha de madeyra como foy prymeiramente achada e por quem E de que maneyra foy povorada.

«Huum cavalleyro de ingraterro que avia nome machyn que foy degradado por seu delicto de ingra terra. E determinou de se hir para espanha. E comprou huma bartscha que he navio de 40 tonees com gavia E meteo toda sua fazenda dentro do navio, com uma sua manceba e alguuns criados, e assi meteo cabras paraseu comer, foy seu camynho. E em vyndo atraves das berlengas deu tal tempo nelle que ho fez correr a balravento e foy dar comsigo aa ilha do porto sancto. E se espantarom quando virom terra, arribaram a ella e decerom em terra abuscar agoa e lenha que aviam mester E assy as cabras e bodes que lhes ficavam por serem magros e mortos de fame os lançaram a pacer. E esta terra era a ylha do porto sancto agora assi chamada.

«E elles assy estando esclarecendo o tempo virom mais^{12} terra ao mar e fizeram vela e foram ver que terra era, e arribaram a hum porto onde agora chamam Matschiquo. E pos nome ao dito porto machyn E despois os castellanos corromperom ho vocablo e chamaromno malchico.

«Ao dito cavalleyro yngres pareceo bem o porto e a terra deçeo nella E mandou levar hum triquete vela para huma tenda e machados e fouces e barijs e todo o que avia mester para comer e repousar em terra, ho qual mandou armar a sua tenda sobre a borda da rybeyra, a qual era muy graciosa e desafogadiço de muytos peixes e muytas aves mansas atee as tomarem com as mãos.

«Despois de repousados determinou em sy se avia algumas povorações na terra. E tomando alguuns mantijmentos e dous homens comsigo se foy pella ribeyra açima aos picos. E andou de pico a pico oulhando se viria alguma povoraçam ou synal de gente. E andou la tres dias sem achar nada, mas antes achou a terra cada vez mais aspera e fragosa d'arvoredos grandes que pareciam chegar ao çeo emtam determinou de tornar para sua tenda e gente.

«Em vijndo o dito cavalleyro com seos dous homens por huma ladeyra para baixo aonde já pareceo ho porto. E os criados nom vendo o navio no porto disserom ao Senhor que lhes parecia mal e que entendiam que eram fugidos os marinheyros com o navio. E elle

esforçandoos como bõo cavalleyro dizendo que elles nom fariam tal ruyndade, mas antes stariam tras alguma ponta, porque lhes poderia ventar alguun vento em quanto elles andariam fora, ou cortar alguma marra e caçariam. E os criados confrangendose muyto e agastandose enfraquecendo das pernas que nom podiam andar. E elle os esforçou e disse, filhos porque pasmais, e tevestes coração por tammanha tormenta que janda temos passados, e se nos perderemos por esse mar buscamos remedio para nos salvar como fazem os outros, quanto mais que estamos em terra muyto boa e muyto graciosa e ayrosa de muyto peixe, e muytos pombos mansos, rolas codornizes, agoas muyto especiaes^{13} em maneyra que sempre nos poderíamos remediar. E que sabemos, se deos por ventura nos quis escapar das tormentas para povorarmos esta terra e lhe fazemos n'ella algum serviço.

«Leixemos o cavalleyro de como se vinha esforçando seos criados e digamos dos marinheyros e de seu navjo. Ho mestre e marinheyros, como viram partir seu senhor para as serras, mostrando que aviam medo delle que querria povorar aquella terra com elles e os ter alli. Mas a verdade era que por cobijça das riquezas que tinham na nau determinaram a fugir. E requererom a manceba que ficava em a tenda e assi huum moço pequeno com ella se querriam hir com elles, que elles determinavam de fugir. E ella disse que nom que nunca deos quisesse que ouvesse de leixar seu senhor. Emtam partiram o mestre com seus marinheyros e fizeram vela.

«Aconteceu que hindo elles assi pello mar deu tempo nelles que foram ter acosta de barbaria e perderomse em huuns baixos. E escaparem delles para terra os quaes os mouros cativaram e os outros morrerom.

«Leixemos cativos o mestre com alguuns marinheyros e tornemos ao cavalleyro que ficava na ilha.

«Quando este cavalleyro yngres chegou onde tinha sua tenda armada que achou a manceba e o paje, e de como eram fugidos os marinheyros pesoulhe muyto nomno dando entender aa sua

companhia, mas antes os esforçava e fazia que não dava nada por isso dando-lhes muitas razões e esforços e assim das bondades da terra como mantimentos que nella tinham. E lhes dizia que bem podia nosso Senhor por ali trazer outros navios por acerto que os levassem a terra dos christãos. E quando nom, que elle sperava com ajuda de nosso senhor ordenar e engenhar hum navio ou batel que os levasse por esse mar onde fosse mais seu serviço. Sem embargo de todos os esforços nom prestou a amor da mançeba porque de pasmo morreo. A qual foy a primeyra que enterraram^{14} nesta terra em huma jrmida que elle tinha feito a qual posnomem sancta cruz.

«A mançeba enterrada entremeteose com seus criados a cortar hum pao grosso e grande de que fizeram hum batel com algumas ajudas de paos cavados com tornos de pao. E assi calafetavam com limas de pedras. E estiverom nisso seis meses em aquella terra. Entam matarom muito peixe e secaromno, e muitas aves que escalarom e secarom. E assi tomarom corchos e dragoeyros e encheromnos d'agua. E com aquelle peixe seco e aves, e assi com os barijs que ainda tinham, e com o traquete da tenda fizeram vela e partirom por esse mar e forom dar comsigo em barbaria em aquella terra onde se perdera seu navio com outros seus criados, e alli sayrom em terra, e logo os cativarom os mouros. E elles andando assi vio os outros do seu navio que eram cativos e arremeteo a elles para os matar. Quando os mouros aquello virom apartaromnos e perguntarom-lhe a causa da sua peleja, pello qual estavom espantados por elles serem todos christãos, ho qual lhes foy todo contado. E logo o alcaide dy ho escreveo a elrey de fez seu senhor todo ho passado, assi das ilhas que acharom como da causa acontecida deste cavalleyro yngres. E logo por elrey de fez foy mandado de o levar ante sy. E elle ho contou todo por seu trusymam do que lhe fora acontecido.

«E elrey de fez veendo que se nom podia aproveitar de taes ylhas e terras mandou o cavalleyro a elrei dom loham de castella, com o qual elle entam tinha boas pazes e amizades, ho qual depois de sabido de todo acontecido. Assim por occupaões como por guerra

que tinha naquelle tempo com elrey de portugal, em maneyra que passouho feyto assy em delonga, que morreo o cavalleyro yngres e nom ouve que mais sobre ysso acudisse. E nom embargante o gaado que ficou na ilha de porto sancto como já dissemos multipricou em tanta quantidade que a ilha era toda chea.

«Os castellanos em conquistando as canarias vierom ter a esta ylha do porto sancto com tempo e acharom nella as cabras^{15} de que fezerom carnaje e assi tomarom agoa e sangue de dragam que tyram das arvores dragoeyras. E dy avante quando hyam sobre os canareos sempre vinham aa dita ilha fazer carnajem.

«Dalli poucos annos andando loham gonclz zarco darmada em huma barcha contra os castellanos veo ter ao cabo de sam vicente sem aver tomado algumas dias nenhuma preza nem sabendo por onde hyriom fazer preza. Emtam disse hum castellão que com elle andava. Senhor se quizeres tomar boa preza vamos onde vos eu disser que he a ylha de Porto Sancto, onde os conquistadores de Canaria vão fazer sua carnajem e tomar sua agoa, por quanto como elles alli som saemse todos em terra e tomalloemos os navios e despois cativaremos a elles em terra.

«E posto que ouvesse grande differença nelles no navjo todavia foram la. E quando chegarom o porto sancto, avia ja tres dias que os castellanos eram partidos, e acharom as fogueyras feitas em terra e assi as tripas da carnajem e alguum gado morto. E fizeram tambem sua carnajem e tomarom agoa e lenha e folgarom alguuns dias e olharom a terra muy bem. E determinou logo o capitam de viir povorar a dita terra querendo ho lffante dom anrique seu senhor. E logo ho foy a buscar ao cabo de sam vicente onde estava o lffante em sagres e lhe contou tudo que vira e os desejos que tinha de povorar aquella terra com sua ajuda, com ho qual o lffante foy muyto ledto e contente. E escreveu logo a elrey seu padre que estava em santarem pedindolhe de merçee as ditas ilhas para as povorar E elrey lhes outorgou.»

Da comparação, pois, d'esta narrativa com as de Mello e Galvão resultam divergencias essenciaes, das quaes vamos notar as mais

flagrantes.

A narração de Fernandes differe logo ao principio da dos outros auctores, declarando que Machico saíra de Inglaterra degredado por seu delicto e não fugido com uma dama nobre.

A dama que em Mello e Galvão é parte importante, no^{16} escripto de Fernandes é objecto tão secundario que, em vez de uma senhora nobre, e muito principalmente mais nobre que Machico, poderia ser uma *manceba* trivial, que, como diz a lenda, por cousa alguma deixaria seu *senhor*.

Pois uma dama ingleza nobre, chamaria nunca *seu senhor* a um individuo de estirpe menos elevada?

Mello e Galvão dizem que Machico fôra directamente á Madeira, em quanto que Fernandes o conduz primeiro a Porto Santo; e, quanto aos carneiros que Fernandes diz terem ficado n'esta ilha a pascer, se elles não fossem tambem legendarios teriam multiplicado tanto, que a sua natural voracidade não deixaria em que os coelhos, levados mais tarde á mesma ilha por Perestrello, podessem exercer a devastação que referem quasi todos os historiadores d'aquellas ilhas, até ao proprio snr. Major.

Fernandes não deu cabo do seu Machico na ilha da Madeira. N'este ponto Galvão e Fernandes estão de accordo, mas em contraposição com Mello que, para crear a entidade Morales, fez morrer Machico na Madeira, 5 dias depois da morte de Anna de Arfet. Ainda assim Fernandes diz «e com o traquete da tenda fizeram vela e partiram»; e Galvão diz «foi dar á Costa d'Africa sem velas nem remos.»

E é com taes escriptos que se pretende destruir as concordes asserções de Azurara e de Barros, o primeiro escriptor coevo do descobrimento da Madeira e ambos de uma seriedade e authoridade reconhecida pelos principaes escriptores modernos; e com relação ao primeiro dos quaes, o visconde de Santarem, por

mais de uma vez, dá publico e honroso testemunho na introdução e notas da «Chronica da Descoberta e Conquista de Guiné».

Como poderá restabelecer-se a verdade de tal noção historica sobre documentos tão controversos?

Quanto a nós, parece-nos que bem devêra ficar, a parte mais notavel da lenda, como diz o snr. Major no seu capitulo V, considerada como *mytho* e o addicionamento como *invenção*,^{17} se o mesmo senhor nos não tivesse dado como, sendo um e o mesmo documento, aquelle que Mello diz ter-lhe vindo á mão por um *extraordinario* caminho, e o escripto da familia de Zarco, a que Barros tinha alludido um seculo antes. Mas quem pôde assegurar ao snr. Major que estes dous documentos fossem um e o mesmo escripto, se ninguem até hoje os comparou por não terem sido encontrados em parte alguma?

O snr. Major notando, no capitulo V da sua já mencionada obra, ter predominado em perto de tres seculos, a opinião de haverem sido as ilhas da Madeira e Porto Santo descobertas em 1418 e 1420; attribue a Barros o erro d'essa supposição, dizendo que este escriptor excedera a authoridade do chronista Azurara, de quem confessa ter tirado o processo do descobrimento.

Mas isto não é assim, perdoe-nos o snr. Major: ha aqui um equivoco. O processo do descobrimento que Barros diz ter tirado de Azurara é o da Guiné e não o da Madeira; mas além d'isto, tanto para uma como para outra relação, do que Barros se serviu foi dos manuscriptos de Azurara e de Affonso de Cerveira^[4], e não da chronica propriamente dita, porque essa ao tempo já tinha desaparecido do reino^[5]. É, portanto, infundada a accusação de que Barros excedera a authoridade de Azurara.^{18}

Não sabemos como é que o snr. Major, dizendo ter em seu poder os meios de restabelecer a verdade da noção historica de Machico, e julgando-a comprovada pela relação de Valentim Fernandes, nos diz no seu livro uma quarta e nova versão da mesma lenda, á qual

chama extracto da que foi narrada pelo possuidor da *relação original manuscripta*. O snr. Major dando-nos esta quarta versão, não nos diz de quem ella seja, quem a viu, nem onde existe. Seja, porém, de quem fôr, nós entendemos que as notaveis divergencias de todas ellas são por si só o bastante argumento contra o objecto da lenda.

Seguindo a narração do snr. Major encontramos que, entre os christãos resgatados do captiveiro de Marrocos, com o legado que o infante D. Sancho de Aragão deixou em 1416, viera um hespanhol João de Morales que, sendo capturado pelo navegante portuguez João Gonçalves Zarco, communicára a este a descoberta de Machico.

N'esta parte a relação de Fernandes, como o leitor já deve ter observado, é muito differente, mas não menos inverosimil.

Foi preciso, ao auctor da *relação original manuscripta*, forjar esta captura para justificar o facto de ter sido o descobrimento da Madeira feito por portuguezes, porque, aliás, elle deveria ter sido emprehendido pelos compatriotas de Morales. Comtudo esqueceu ao auctor a falta de motivo plausivel para que os portuguezes podessem n'aquella epocha, sem quebra de tractados, capturar um navio hespanhol, de Castella ou Aragão, e fazer presa da sua tripulação; pois que com Aragão estava Portugal em paz, e comquanto não houvesse um tractado devidamente assentado com Castella, havia comtudo treguas juradas desde 1411, que duraram até depois da descoberta da Madeira (1420), e as quaes foram convertidas em tractado de amisade logo que el-rei de Castella completou 14 annos.

De todos os reis da peninsula hispanica, só o mouro de Granada deixou de obter de el-rei D. João I resposta satisfactoria quando, constando-lhes os grandes armamentos que antes^{19} de 1415 se fizeram em Portugal sem que elles soubessem para que, vieram pedir ratificação dos tractados de paz. Por essa occasião ficámos nós devendo a um honrado hespanhol que era corregedor de Carçola, um elogio proferido por esta authoridade, no conselho que

a regente de Castella, a proposito, entendeu mandar reunir em Palencia, elogio que La Clede relata pela seguinte fórma:

«Que razão ha para consternar-nos com as preparações dos portuguezes? Porque quereis obrigar-nos a romper a paz só por meras suspeitas? Este procedimento seria a maior vergonha para o nosso monarcha. Se este principe verdadeiro, grande e magnanimo jurou solemnemente a paz comnosco, se nos offereceu soccorro contra os mouros, se se offereceu a vir em pessoa capitaneiar os nossos exercitos, que razão ha para irmos hoje, sem maior fundamento, tomar armas contra elle? Não poderão os portuguezes fazer movimento que não seja para nos offender? Estão porventura obrigados a descobrir-nos seus segredos? E quem é que os descobre, maiormente quando os segredos envolvem alguma empreza grande? Sem razão, pois, nos consternamos, e maior injustiça é querer intentar contra elles, só porque nos occultam seus designios. Quando os formassem contra nós, bem podeis estar certos, eu os conheço muito bem, não deixariam de nos advertir, como generosos e sinceros que são. O condestavel D. Nuno Alvares Pereira, que trata com el-rei, seu senhor, em apromptar o armamento que hoje é nosso terror, e objecto d'este conselho, quando quiz entrar com a mão alçada em nossas terras, primeiro mandou aviso aos nossos capitães, que estavam na fronteira. Se elle em tempo de guerra declarada obrou com tanta generosidade, quando o odio e o interesse requeriam, e até tornavam necessario darem de subito contra nós, porque razão seria elle menos generoso hoje que as duas nações vivem em paz entre si, e el-rei de Portugal dá todas as mostras de querer mais do que nunca conservar comnosco estreita amisade?..»

Não é preciso mais!^{20}

Para que hoje possamos fazer ideia do conceito em que então era tido em Hespanha o genio cavalleiroso dos portuguezes basta o que fica transcripto sob a authoridade de La Clede.

Por muito pouco que então se respeitassem os tractados entre os reis da peninsula, não é crível que os christãos, resgatados ao

captiveiro dos infieis de uma nação inimiga, corressem o risco de virem a ficar captivos dos christãos de uma nação amiga.

Em taes condições parece-nos, pois, evidente que a captura de Morales era um impossivel.

O nome de Machico dado a uma localidade da ilha da Madeira tambem, a nosso ver, não póde servir de argumento em favor da estada de inglezes n'aquella ilha, antes de lá terem chegado os portugueses. Notaremos em primeiro lugar, sem comtudo querermos fazer d'esta a principal impugnação, que o nome de Machico tanto póde ser corrupção de Machin como diminutivo de macho. A indole vulgar do idioma portuguez não se oppõe a esta supposição. Azurara auxilia-a quando na sua *chronica* lhe chama Machito^[6], e o proprio Mello quando o nomeia Machino^[7].

Pois assim como na Africa se ficou denominando «Angra de Cavallos», ao ponto onde em 1435 os descobridores lançaram dois cavallos^[8], para n'elles irem explorar o interior do paiz; não poderia tambem o nome de Machico, machito, ou machino ter sido dado áquella localidade da Madeira por um igual motivo?^{21}

Concluindo, diremos que se alguma das lendas fosse de data anterior á da descoberta por Zarco e Tristão, poderia então colher o argumento do snr. Major, que diz terem estes (os portuguezes) reconhecido que Machico os precedera, pondo o seu nome a uma das localidades da ilha; porém, sendo a mais antiga de todas as lendas quasi um seculo posterior á descoberta da Madeira por Zarco e Tristão, o que d'aqui clara e unicamente se póde concluir é que a lenda fôra inventada *ad hoc*, depois de ter sido posto áquella localidade o nome de Machico; e é por isso que todas ellas concordam, mas unicamente, no nome e local de Machico.

O contrario d'isto é que será preciso provar, para se assentar que tivessem sido inglezes e não portuguezes os primeiros descobridores da ilha da Madeira.

Ha ainda um ponto que é preciso não deixar em vigor.

Como poderá entender-se que, se as ilhas de Porto Santo e Madeira tivessem sido descobertas entre os annos de 1317 e 1351, como diz o snr. Major, e sendo esse descobrimento tambem portuguez; como poderá entender-se, dizemos, que de tal descobrimento nos não ficasse noção alguma, escripta ou tradicional; indo, pelo contrario, as indicações d'essas ilhas parar só ás cartas estrangeiras?

O alvoroço que causou em Portugal a noticia da descoberta d'essas terras em 1419, por Zarco e Tristão, e o afan com que muitas pessoas de todas as classes correram logo a povoar as novas ilhas, protestam bem alto contra a supposição de já terem sido estas mesmas terras descobertas por portuguezes ou estrangeiros ao serviço de Portugal.

Nós entendemos que as indicações de terras e ilhas oceanicas, bem ou mal lançadas em cartas de epochas anteriores ao descobrimento d'essas terras, não passam de addicionamentos feitos posteriormente, sem intenção de prejudicar a gloria de seus verdadeiros descobridores, e tão sómente com o fim de augmentarem os conhecimentos geographicos, com a{22} indicação das terras que se descobriram depois da construcção das referidas cartas.

Todas as pessoas que estiverem acostumadas a lidar com cartas geographicas, sabem muito bem que estes addicionamentos são tão communs, que ainda hoje se praticam, sem ideia de falsificação; que no XV seculo, epocha das principaes descobertas, carta alguma poderia andar em dia com o rapido progresso d'estes feitos, e que por consequencia estes addicionamentos eram então uma necessidade tanto mais instante na occasião, quanto mais prejudicial para a historia; porque, sendo todas essas cartas manuscriptas, podiam n'ellas admittir-se muitas inserções nos espaços claros, sem deixarem vestigios de terem sido retocadas ou accrescentadas.

Os nomes, com que se designam na carta catalan de 1351, citada pelo snr. Major, as differentes ilhas do grupo da Madeira, são a mais

evidente prova de não terem taes ilhas sido incluídas n'aquella carta antes de 1420, pois que, sendo opinião geral, também partilhada pelo snr. Major, que as ilhas da Madeira foram povoadas depois da descoberta de Zarco (1420), claro está que a denominação de *Deserta*, dada na referida carta a uma das ilhas, só poderia ter sido posta depois das outras ilhas se acharem povoadas, pois que antes, todas ellas eram desertas, e uma tal designação não poderia aproveitar só áquella.^{23}

[1] Azurara: C. da D. e C. de Guiné, cap. 83—Barros: D. 1.^a, I, 1.^o, cap. 2.^o e 3.^o—D. de Goes: C. do P. D. Joam, cap. VIII—Andrade: C. de el-rei D. João P. 1.^a e 3.^a, cap. XCVII—C. Lusitano: V. do infante D. Henrique, I. 2.^o

[2] «Azurara C. da D. e C. de Guiné. Capitulo XXX. Nota (1) do V. de Santarem. Recommendamos á attenção do leitor esta importante passagem, pela qual se mostra quanto esta chronica é preciosa pela sua authenticidade, visto que a dita passagem nos revela que Azurara não só consultára os documentos escriptos, mas até os mesmos descobridores, testemunhas oculares d'estes factos, visto que elle confessa não poder fallar da particularidade de que tracta, por Nuno Tristão ser já finado.»

[3] «Azurara C. da D. e C. de Guiné. Introducção do V. de Santarem pag. XI. A sua fidelidade como historiador é incontestavel. O seu escrupulo e amor da verdade era tal que preferia antes deixar a relação de alguns acontecimentos imperfeita, do que completal-a quando não podia obter já as noticias exactas dos que os tinham presenciado. A sua authoridade como escriptor contemporaneo é immensa, pois Azurara viveu com o principe immortal que elle idolatrava, conheceu pessoalmente os principaes e intrepidos descobridores, os quaes pela maior parte eram criados do infante, e educados scientificamente debaixo de seus auspicios.»

[4] Barros: D. 1.^a, liv. 2.^o, cap. 1.^o: «E estas que elle escreveo (Azurara) d'este descobrimento do tempo do Infante dõ Henrique (segundo elle diz já as recebeo de hum Affonso de Çerveira que foy o primeiro que as pos em ordem: do qual Affonso de Çerveira nós achamos algumas Cartas escriptas em Beni, estando elle ali feiturisando por parte del Rey dom

Affonso. E posto que tudo, ou a maior parte do que te qui escrevemos seja tirado da escriptura de Gomezyanes, & assi deste Affonso de Çerveira: não foi pequeno o trabalho que tivemos em ajuntar cousas derramadas, & por papeis rotos, & fora da ordem que elle Gomezeanes leuou no processo deste descobrimento.»

[5] Azurara: C. da D. e C. de Guiné, Introducção do V. de Santarem—Barros: Introducção ás D. da Asia.

[6] Azurara, C. do D. e C. de Guiné. Cap, LXXXIII, pag. 388.

[7] Francisco Manoel de Mello. «Epanaphora Amorosa», pag. 338.

[8] Azurara. C. da D. e C. de Guiné. Cap. IX.

D. de Goes. Ch. do P. D. João. Cap. VIII.

Barros. D. 1.^a Liv. 1.^o Cap. V.

*** END OF THE PROJECT GUTENBERG EBOOK MEMORIA
SOBRE A DESCOBERTA DAS ILHAS DE PORTO SANTO E
MADEIRA 1418-1419 ***

Updated editions will replace the previous one—the old editions will be renamed.

Creating the works from print editions not protected by U.S. copyright law means that no one owns a United States copyright in these works, so the Foundation (and you!) can copy and distribute it in the United States without permission and without paying copyright royalties. Special rules, set forth in the General Terms of Use part of this license, apply to copying and distributing Project Gutenberg™ electronic works to protect the PROJECT GUTENBERG™ concept and trademark. Project Gutenberg is a registered trademark, and may not be used if you charge for an eBook, except by following the terms of the trademark license, including paying royalties for use of the Project Gutenberg trademark. If you do not charge anything for copies of this eBook, complying with the trademark license is very easy. You may use this eBook for nearly any purpose such as creation of derivative works, reports, performances and research. Project Gutenberg eBooks may be modified and printed and given away—you may do practically ANYTHING in the United States with eBooks not protected by U.S. copyright law. Redistribution is subject to the trademark license, especially commercial redistribution.

START: FULL LICENSE

THE FULL PROJECT GUTENBERG LICENSE

PLEASE READ THIS BEFORE YOU DISTRIBUTE OR USE THIS WORK

To protect the Project Gutenberg™ mission of promoting the free distribution of electronic works, by using or distributing this work (or any other work associated in any way with the phrase “Project Gutenberg”), you agree to comply with all the terms of the Full Project Gutenberg™ License available with this file or online at www.gutenberg.org/license.

Section 1. General Terms of Use and Redistributing Project Gutenberg™ electronic works

1.A. By reading or using any part of this Project Gutenberg™ electronic work, you indicate that you have read, understand, agree to and accept all the terms of this license and intellectual property (trademark/copyright) agreement. If you do not agree to abide by all the terms of this agreement, you must cease using and return or destroy all copies of Project Gutenberg™ electronic works in your possession. If you paid a fee for obtaining a copy of or access to a Project Gutenberg™ electronic work and you do not agree to be bound by the terms of this agreement, you may obtain a refund from the person or entity to whom you paid the fee as set forth in paragraph 1.E.8.

1.B. “Project Gutenberg” is a registered trademark. It may only be used on or associated in any way with an electronic work by people who agree to be bound by the terms of this agreement. There are a few things that you can do with most Project Gutenberg™ electronic

works even without complying with the full terms of this agreement. See paragraph 1.C below. There are a lot of things you can do with Project Gutenberg™ electronic works if you follow the terms of this agreement and help preserve free future access to Project Gutenberg™ electronic works. See paragraph 1.E below.

1.C. The Project Gutenberg Literary Archive Foundation (“the Foundation” or PGLAF), owns a compilation copyright in the collection of Project Gutenberg™ electronic works. Nearly all the individual works in the collection are in the public domain in the United States. If an individual work is unprotected by copyright law in the United States and you are located in the United States, we do not claim a right to prevent you from copying, distributing, performing, displaying or creating derivative works based on the work as long as all references to Project Gutenberg are removed. Of course, we hope that you will support the Project Gutenberg™ mission of promoting free access to electronic works by freely sharing Project Gutenberg™ works in compliance with the terms of this agreement for keeping the Project Gutenberg™ name associated with the work. You can easily comply with the terms of this agreement by keeping this work in the same format with its attached full Project Gutenberg™ License when you share it without charge with others.

1.D. The copyright laws of the place where you are located also govern what you can do with this work. Copyright laws in most countries are in a constant state of change. If you are outside the United States, check the laws of your country in addition to the terms of this agreement before downloading, copying, displaying, performing, distributing or creating derivative works based on this work or any other Project Gutenberg™ work. The Foundation makes no representations concerning the copyright status of any work in any country other than the United States.

1.E. Unless you have removed all references to Project Gutenberg:

1.E.1. The following sentence, with active links to, or other immediate access to, the full Project Gutenberg™ License must appear prominently whenever any copy of a Project Gutenberg™ work (any work on which the phrase “Project Gutenberg” appears, or

with which the phrase “Project Gutenberg” is associated) is accessed, displayed, performed, viewed, copied or distributed:

This eBook is for the use of anyone anywhere in the United States and most other parts of the world at no cost and with almost no restrictions whatsoever. You may copy it, give it away or re-use it under the terms of the Project Gutenberg License included with this eBook or online at www.gutenberg.org. If you are not located in the United States, you will have to check the laws of the country where you are located before using this eBook.

1.E.2. If an individual Project Gutenberg™ electronic work is derived from texts not protected by U.S. copyright law (does not contain a notice indicating that it is posted with permission of the copyright holder), the work can be copied and distributed to anyone in the United States without paying any fees or charges. If you are redistributing or providing access to a work with the phrase “Project Gutenberg” associated with or appearing on the work, you must comply either with the requirements of paragraphs 1.E.1 through 1.E.7 or obtain permission for the use of the work and the Project Gutenberg™ trademark as set forth in paragraphs 1.E.8 or 1.E.9.

1.E.3. If an individual Project Gutenberg™ electronic work is posted with the permission of the copyright holder, your use and distribution must comply with both paragraphs 1.E.1 through 1.E.7 and any additional terms imposed by the copyright holder. Additional terms will be linked to the Project Gutenberg™ License for all works posted with the permission of the copyright holder found at the beginning of this work.

1.E.4. Do not unlink or detach or remove the full Project Gutenberg™ License terms from this work, or any files containing a part of this work or any other work associated with Project Gutenberg™.

1.E.5. Do not copy, display, perform, distribute or redistribute this electronic work, or any part of this electronic work, without prominently displaying the sentence set forth in paragraph 1.E.1 with

active links or immediate access to the full terms of the Project Gutenberg™ License.

1.E.6. You may convert to and distribute this work in any binary, compressed, marked up, nonproprietary or proprietary form, including any word processing or hypertext form. However, if you provide access to or distribute copies of a Project Gutenberg™ work in a format other than “Plain Vanilla ASCII” or other format used in the official version posted on the official Project Gutenberg™ website (www.gutenberg.org), you must, at no additional cost, fee or expense to the user, provide a copy, a means of exporting a copy, or a means of obtaining a copy upon request, of the work in its original “Plain Vanilla ASCII” or other form. Any alternate format must include the full Project Gutenberg™ License as specified in paragraph 1.E.1.

1.E.7. Do not charge a fee for access to, viewing, displaying, performing, copying or distributing any Project Gutenberg™ works unless you comply with paragraph 1.E.8 or 1.E.9.

1.E.8. You may charge a reasonable fee for copies of or providing access to or distributing Project Gutenberg™ electronic works provided that:

- • You pay a royalty fee of 20% of the gross profits you derive from the use of Project Gutenberg™ works calculated using the method you already use to calculate your applicable taxes. The fee is owed to the owner of the Project Gutenberg™ trademark, but he has agreed to donate royalties under this paragraph to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation. Royalty payments must be paid within 60 days following each date on which you prepare (or are legally required to prepare) your periodic tax returns. Royalty payments should be clearly marked as such and sent to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation at the address specified in Section 4, “Information about donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation.”
- • You provide a full refund of any money paid by a user who notifies you in writing (or by e-mail) within 30 days of receipt that s/he does not agree to the terms of the full Project Gutenberg™ License. You must require such a user to return or destroy all

copies of the works possessed in a physical medium and discontinue all use of and all access to other copies of Project Gutenberg™ works.

- • You provide, in accordance with paragraph 1.F.3, a full refund of any money paid for a work or a replacement copy, if a defect in the electronic work is discovered and reported to you within 90 days of receipt of the work.
- • You comply with all other terms of this agreement for free distribution of Project Gutenberg™ works.

1.E.9. If you wish to charge a fee or distribute a Project Gutenberg™ electronic work or group of works on different terms than are set forth in this agreement, you must obtain permission in writing from the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, the manager of the Project Gutenberg™ trademark. Contact the Foundation as set forth in Section 3 below.

1.F.

1.F.1. Project Gutenberg volunteers and employees expend considerable effort to identify, do copyright research on, transcribe and proofread works not protected by U.S. copyright law in creating the Project Gutenberg™ collection. Despite these efforts, Project Gutenberg™ electronic works, and the medium on which they may be stored, may contain “Defects,” such as, but not limited to, incomplete, inaccurate or corrupt data, transcription errors, a copyright or other intellectual property infringement, a defective or damaged disk or other medium, a computer virus, or computer codes that damage or cannot be read by your equipment.

1.F.2. LIMITED WARRANTY, DISCLAIMER OF DAMAGES - Except for the “Right of Replacement or Refund” described in paragraph 1.F.3, the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, the owner of the Project Gutenberg™ trademark, and any other party distributing a Project Gutenberg™ electronic work under this agreement, disclaim all liability to you for damages, costs and expenses, including legal fees. YOU AGREE THAT YOU HAVE NO REMEDIES FOR NEGLIGENCE, STRICT LIABILITY, BREACH OF WARRANTY OR BREACH OF CONTRACT EXCEPT THOSE PROVIDED IN PARAGRAPH 1.F.3. YOU AGREE THAT THE

FOUNDATION, THE TRADEMARK OWNER, AND ANY DISTRIBUTOR UNDER THIS AGREEMENT WILL NOT BE LIABLE TO YOU FOR ACTUAL, DIRECT, INDIRECT, CONSEQUENTIAL, PUNITIVE OR INCIDENTAL DAMAGES EVEN IF YOU GIVE NOTICE OF THE POSSIBILITY OF SUCH DAMAGE.

1.F.3. LIMITED RIGHT OF REPLACEMENT OR REFUND - If you discover a defect in this electronic work within 90 days of receiving it, you can receive a refund of the money (if any) you paid for it by sending a written explanation to the person you received the work from. If you received the work on a physical medium, you must return the medium with your written explanation. The person or entity that provided you with the defective work may elect to provide a replacement copy in lieu of a refund. If you received the work electronically, the person or entity providing it to you may choose to give you a second opportunity to receive the work electronically in lieu of a refund. If the second copy is also defective, you may demand a refund in writing without further opportunities to fix the problem.

1.F.4. Except for the limited right of replacement or refund set forth in paragraph 1.F.3, this work is provided to you 'AS-IS', WITH NO OTHER WARRANTIES OF ANY KIND, EXPRESS OR IMPLIED, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO WARRANTIES OF MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PURPOSE.

1.F.5. Some states do not allow disclaimers of certain implied warranties or the exclusion or limitation of certain types of damages. If any disclaimer or limitation set forth in this agreement violates the law of the state applicable to this agreement, the agreement shall be interpreted to make the maximum disclaimer or limitation permitted by the applicable state law. The invalidity or unenforceability of any provision of this agreement shall not void the remaining provisions.

1.F.6. INDEMNITY - You agree to indemnify and hold the Foundation, the trademark owner, any agent or employee of the Foundation, anyone providing copies of Project Gutenberg™ electronic works in accordance with this agreement, and any volunteers associated with the production, promotion and distribution of Project Gutenberg™ electronic works, harmless from all liability, costs and expenses, including legal fees, that arise directly or

indirectly from any of the following which you do or cause to occur:

(a) distribution of this or any Project Gutenberg™ work, (b) alteration, modification, or additions or deletions to any Project Gutenberg™ work, and (c) any Defect you cause.

Section 2. Information about the Mission of Project Gutenberg™
Project Gutenberg™ is synonymous with the free distribution of electronic works in formats readable by the widest variety of computers including obsolete, old, middle-aged and new computers. It exists because of the efforts of hundreds of volunteers and donations from people in all walks of life.

Volunteers and financial support to provide volunteers with the assistance they need are critical to reaching Project Gutenberg™'s goals and ensuring that the Project Gutenberg™ collection will remain freely available for generations to come. In 2001, the Project Gutenberg Literary Archive Foundation was created to provide a secure and permanent future for Project Gutenberg™ and future generations. To learn more about the Project Gutenberg Literary Archive Foundation and how your efforts and donations can help, see Sections 3 and 4 and the Foundation information page at www.gutenberg.org.

Section 3. Information about the Project Gutenberg Literary Archive Foundation

The Project Gutenberg Literary Archive Foundation is a non-profit 501(c)(3) educational corporation organized under the laws of the state of Mississippi and granted tax exempt status by the Internal Revenue Service. The Foundation's EIN or federal tax identification number is 64-6221541. Contributions to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation are tax deductible to the full extent permitted by U.S. federal laws and your state's laws.

The Foundation's business office is located at 809 North 1500 West, Salt Lake City, UT 84116, (801) 596-1887. Email contact links and up to date contact information can be found at the Foundation's website and official page at www.gutenberg.org/contact

Section 4. Information about Donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation

Project Gutenberg™ depends upon and cannot survive without widespread public support and donations to carry out its mission of

increasing the number of public domain and licensed works that can be freely distributed in machine-readable form accessible by the widest array of equipment including outdated equipment. Many small donations (\$1 to \$5,000) are particularly important to maintaining tax exempt status with the IRS.

The Foundation is committed to complying with the laws regulating charities and charitable donations in all 50 states of the United States. Compliance requirements are not uniform and it takes a considerable effort, much paperwork and many fees to meet and keep up with these requirements. We do not solicit donations in locations where we have not received written confirmation of compliance. To SEND DONATIONS or determine the status of compliance for any particular state visit www.gutenberg.org/donate. While we cannot and do not solicit contributions from states where we have not met the solicitation requirements, we know of no prohibition against accepting unsolicited donations from donors in such states who approach us with offers to donate.

International donations are gratefully accepted, but we cannot make any statements concerning tax treatment of donations received from outside the United States. U.S. laws alone swamp our small staff. Please check the Project Gutenberg web pages for current donation methods and addresses. Donations are accepted in a number of other ways including checks, online payments and credit card donations. To donate, please visit: www.gutenberg.org/donate.

Section 5. General Information About Project Gutenberg™ electronic works

Professor Michael S. Hart was the originator of the Project Gutenberg™ concept of a library of electronic works that could be freely shared with anyone. For forty years, he produced and distributed Project Gutenberg™ eBooks with only a loose network of volunteer support.

Project Gutenberg™ eBooks are often created from several printed editions, all of which are confirmed as not protected by copyright in the U.S. unless a copyright notice is included. Thus, we do not necessarily keep eBooks in compliance with any particular paper edition.

Most people start at our website which has the main PG search facility: www.gutenberg.org.

This website includes information about Project Gutenberg™, including how to make donations to the Project Gutenberg Literary Archive Foundation, how to help produce our new eBooks, and how to subscribe to our email newsletter to hear about new eBooks.